

SITRATUH

Por mais saúde e qualidade de vida

Sindicato dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade promove nova campanha em outubro

Lutar por melhores salários e cláusulas sociais nas convenções coletivas é o papel de toda a entidade sindical, mas o SITRATUH (Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Restaurantes, Bares, Lanchonetes e de Turismo e Hospitalidade da Grande Florianópolis) sabe que é preciso ir além disso. A qualidade de vida, o bem-estar de cada trabalhador representado também devem ser focos de atenção da nossa atividade. Por isso, no mês de outubro deste ano o sindicato realizará mais um evento que expressa a legítima e efetiva preocupação da diretoria com a saúde dos trabalhadores representados.

No ano passado, a entidade promoveu um fórum sobre “A Saúde do Trabalhador em Turismo e Hospitalidade”, com a participação de representantes de algumas das principais entidades internacionais de defesa do trabalhador, centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos. “Conscientes de que nossos trabalhadores enfrentam problemas como a alta carga horária de trabalho, a dupla jornada, os poucos horários de lazer que acabam ocasionando quadros de estresse; além de outros problemas de saúde, as lideranças reunidas também trabalharam em grupo tendo em vista o encaminhamento de propostas efetivas que possam ser negociadas no fechamento de convenções coletivas e representem melhores condições de trabalho e a preservação da saúde dos trabalhadores”, diz o presidente do SITRATUH, Anésio Schneider.



Presidente do SITRATUH, Anésio Schneider, em seminário sobre a saúde do trabalhador

Preocupação com as camareiras

Um dos pontos altos do evento foi o encontro com as profissionais camareiras, que estão entre os principais focos de preocupação em se tratando de problemas de saúde em trabalhadores do turismo e hospitalidade. “São notáveis, inclusive por pesquisas e denúncias realizadas em diversos países do mundo, os quadros de dores físicas que fazem com que essas trabalhadoras consumam altas doses de analgésicos, por conta do peso carregado na rotina de trabalho e pelo desrespeito às normas que determinam a quantidade máxima de apartamentos que possam ser atendidos

diariamente por cada profissional”, prossegue Anésio. “Isso sem contar as doenças emocionais advindas dessa carga de trabalho e a invisibilidade associada à atividade das camareiras. A conversa com as trabalhadoras foi fundamental e, reafirmamos, serviu para que surgissem propostas de efetivo enfrentamento de tal situação que serão encaminhadas em nível nacional e internacional”, afirma o presidente. O evento deste ano terá como foco, novamente, o trabalho das camareiras, seguindo a preocupação internacional com esse problema.

Trabalhadores do McDonalds têm direito a indenização

A partir de acordo firmado entre a Arcos Dourados e o SITRATUH, com o aval do Ministério Público do Trabalho, o McDonalds está pagando a um universo de mais de 1.500 trabalhadores, indenização resultante de processo por dano moral coletivo movido pelo sindicato. Como explica o presidente da entidade, Anésio Schneider, a ação judicial foi motivada por denúncias com relação ao descumprimento da legislação trabalhista por parte da rede de fast food.

Terão direito à indenização funcionários das lojas da capital catarinense pertencentes à rede Arcos Dourados – que são as da Avenida Beira Mar Norte e da Rua Trajano, no Centro, além da loja do Floripa Shopping, no norte da Ilha – que tenham trabalhado, com carteira assinada, entre os dias 8 de abril de 2011 e 30 de outubro de 2014. Um grupo de mais ou menos 150 funcionários já recebeu o valor de direito, diretamente na folha de pagamento, em três parcelas, por estar em atividade na empresa no período em questão. No caso de ex-funcionários que não atendem aos critérios estabelecidos, houve perda de direito, por prescrição.



Equipe que atuou em ação coletiva por danos morais, reconhecida pela Justiça. Presidente Anésio ao centro

DIREITOS RECONHECIDOS

De acordo com o advogado Fernando Fávère, gestor do escritório Fávère Advogados Associados, responsável pelo processo, o montante total da indenização está fixado em mais de R\$ 2 milhões de reais e o valor destinado a cada pessoa indenizada será de pouco mais de R\$ 1.500,00, incluindo os juros.

Com o acordo firmado entre o Sindicato e a Arcos Dourados em conjunto com o MPT, a empresa reconhece os direitos dos trabalhadores e assume, também, outros importantes compromissos, como o cumprimento da jornada legal de trabalho e a manutenção de condição salubre de trabalho aos funcionários menores de 18 anos, sob pena de multa pelo descumprimento “Essas são importantes vitórias para nós, que temos o papel de garantir boas condições de trabalho a todas as categorias que representamos”, comenta Anésio Schneider.



2011 - Fumo - Rio Negrinho /SC - Crianças de 12 a 16 anos transportadas no reboque de um trator e expostas a agrotóxicos e à doença verde do fumo



2011 - Erva mate - Santa Cecilia/SC - Alojamento destinado aos trabalhadores

SINAIT

Precarização de direitos com precarização da fiscalização

Sindicato

dos Auditores Fiscais do Trabalho denuncia a precarização dos direitos trabalhistas e da própria auditoria

“Fiscal bom é fiscal que incomoda”, já dizia a atual delegada sindical do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho em Santa Catarina, em 1995, logo após tomar posse no cargo.

A intenção não é a de causar transtorno. De fato as muitas trabalhistas tem um objetivo “pedagógico”- o de estimular o cumprimento de um conjunto de leis criadas para manter o equilíbrio social e a dignidade da pessoa humana.

Como se diz no jargão popular: “se não é pelo amor é pela dor”.

O objetivo do cumprimento das leis do trabalho é nobre: a dignidade da pessoa humana.

A Auditoria Fiscal do Trabalho tem um papel importantíssimo na luta pelas condições de saúde e segurança dos trabalhadores: porque tem dentro de suas prerrogativas o direito de entrar nos ambientes de trabalho, e constatar, não a partir de depoimentos, mas da realidade, as situações como elas realmente acontecem.

Ganância é razão para descumprimento da lei

Por que os empregadores descumprem a lei? Por que ela é de cumprimento inviável?

Não é esta a opinião da Auditoria Fiscal do Trabalho, que acompanha de perto a realidade dos trabalhadores brasileiros.

O motivo, segundo Lilian Carlota Rezende, é a ganância, o querer mais. Nestes mais de 21 anos de fiscalização, diz a delegada sindical, “já vi muitos empresários honestos e cumpridores da lei e que conseguiram conduzir suas empresas, pagando suas contas e seus empregados dignamente e ainda tirando o suficiente para viver com suas famílias com conforto”.

“Mas paralelamente a isto já vi mui-

tas empresas que não cumpriram a lei durante o contrato e fecharam suas portas sem pagar seus compromissos com os empregados e com o governo, e ainda assim faliram. Por quê? Porque administraram mal, e a parte que mais mal administraram é que passaram a usar do capital da empresa, do capital de giro da empresa, para viver uma vida mais ou menos luxuosa, de qualquer forma além do padrão que aquela empresa poderia gerar de lucro”.

Perigosa redução do quadro de fiscais

Por que uma fiscalização do trabalho deve ser federal e bem remunerada?

Porque precisa de menos interferência e porque precisa angariar bons profissionais. Apesar de parecer simples há uma grande responsabilidade em se identificar e penalizar algumas situações extremas.

O ideal é que também fosse independente, com orçamento e administração próprios, assim como é a Justiça do Trabalho e os ministérios públicos, porque evitaria, como se verifica, os muitos desvios de prioridades: fiscais que deveriam analisar grandes fraudes contra o vínculo de emprego, que impactam sobremaneira na Previdência Social e no FGTS, são desviados para visitar locais onde os índices de informalidade são baixos, ainda, fiscais que deveriam visitar locais com altos índices de acidentes do trabalho são direcionados para atender pequenas denúncias que poderiam e deveriam ser resolvidas entre sindicatos e a justiça.

Além do sério problema da redução drástica do número de auditores fiscais do trabalho: 3.600 em 1996 e 2.500 em 2016 – 20 anos depois, redução de 1/3 do quadro.



2015 - Análise de acidente de eletricitários - Falta de proteções adequadas

QUE PAÍS QUEREMOS?

● Se queremos um país com a busca do equilíbrio social e da dignidade da pessoa humana é preciso que o país continue alicerçado em leis de proteção ao trabalhador e com uma auditoria fiscal do trabalho forte, que possa zelar pelo cumprimento destas leis.

SINAIT – QUEM SOMOS?

● O Sinait (Sindicato dos Auditores-Fiscais do Trabalho) é composto por auditores-fiscais do trabalho ativos e aposentados. A Auditoria-Fiscal do Trabalho é autoridade administrativa, ligada ao executivo, tem o poder-dever de entrar nos locais que mantenham empregados, analisar documentos e verificar a aplicação das leis de proteção ao trabalhador e, sendo o caso, aplicar multas pelo descumprimento desta legislação e mesmo interditar máquinas e ambientes que ofereçam riscos. Tudo de acordo com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e com tratados internacionais de proteção ao trabalhador.